

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- () DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- (X) EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- () TRABALHO

GRUPO DE ESTUDOS PROAPRENDIZAGEM – PROA

Maria Marilize Soistak (UEPG – projetoproa@gmail.com)

Bhianca Moro Portella (UEPG – projetoproa@gmail.com)

Nelba M. T. Pisacco (UEPG – projetoproa@gmail.com) (COORDENADOR DO PROJETO)

Resumo: O Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (PROA), vinculado ao Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE/UEPG), propõe a interlocução da psicopedagogia e da justiça restaurativa como meio de promover a melhoria da aprendizagem de crianças, pré-adolescentes e adolescentes em medidas preventivas e adolescentes em medidas socioeducativas, do município de Ponta Grossa, que apresentam baixo desempenho escolar. O grupo de estudos é um braço do Projeto que visa a formação dos acadêmicos que atuam no PROA e de profissionais da comunidade. Os estudos abordam temas relacionados à inclusão educacional e social, dificuldades de aprendizagem, justiça restaurativa e avaliação e intervenção psicopedagógica. As atividades tiveram início em dezembro de 2016. Foram realizados 4 encontros mensais. O grupo é composto por 16 pessoas entre acadêmicos de licenciaturas de Pedagogia e Letras, profissionais da área da educação, psicologia e direito. Os estudos resultaram encaminhamentos de pesquisas e contribuíram para fundamentar as intervenções com crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem. Estudos. Inclusão Educacional e Social. Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

O que permite a sobrevivência do homem é a aprendizagem, ou seja, a possibilidade de usar a sua capacidade de aprender, de diferentes formas e nos diferentes momentos ao longo de sua própria vida. (Sara Pain)

Com a Constituição de 1988, a educação, no Brasil, tornou-se efetivamente um direito, de modo que caberia ao Estado garantir, de forma obrigatória, o ensino das crianças de 7 a 14 anos (BRASIL, 1988). A necessidade de ampliar a oferta em todos os níveis e modalidades de ensino foi reforçada, na década seguinte, pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Desta forma, iniciou-se um ciclo de transformações inéditas no país, que desde a sua independência, nunca conseguira colocar a educação no centro da agenda pública (ABRUCIO; SIMIELLI, 2017). Essas propostas são resultado da luta de movimentos sociais nacionais e internacionais que se mobilizaram pelo direito à educação.

A situação atual demonstra a enorme ampliação da política educacional nesse período, criando um dos maiores e mais complexos sistemas de ensino do mundo. Nas últimas décadas houve aumento significativo na matrícula na Educação Básica no Brasil, de acordo com o Censo Escolar (BRASIL, 2017). A rede pública é responsável por mais de 80% dessas matrículas, principalmente no âmbito municipal. Na Educação Básica, esses alunos estudam em cerca de 200 mil estabelecimentos, com mais de 2 milhões de docentes, demonstrando a ampliação do acesso à educação.

O compromisso de fomentar a qualidade da educação básica com melhoria da aprendizagem é um dos desafios propostos pelo Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024. Um dos meios básicos para atender esse propósito é garantir o “pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (BRASIL, 2013), pois eles servem de sustentação para a construção de conhecimentos cada vez mais complexos nas diversas áreas de estudo. Embora os esforços empreendidos para melhoria nessas três áreas nas últimas décadas, os índices nas avaliações nacionais, como por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), assim como internacionais, como o Programme for International Student Assessment (PISA), demonstram que o Brasil está longe de atingir as metas estabelecidas para a educação na promoção da aprendizagem de todos os estudantes (PISACCO, 2016).

Outro aspecto a considerar é a diferença entre as redes de ensino, sendo que a rede pública apresenta uma pontuação média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) cerca de dois pontos abaixo da rede privada, que em 2013, por exemplo, foi de 4,9 versus 6,7. Essa diferença reflete as desigualdades entre as classes sociais, e demonstram que o direito de acesso à educação de qualidade não está sendo garantido a todos. (PISACCO, 2016).

Diante do panorama apresentado, cabe considerar que condições de vulnerabilidade social, a ocorrência de dificuldades de aprendizagem e transtornos que comprometem a vida social, pessoal e escolar pode acarretar resultados ainda mais inferiores diante de um quadro tão negativo (PISACCO, 2016).

O comprometimento na vida escolar indica que o direito fundamental à aprendizagem e ao desenvolvimento durante a infância não estão sendo garantido, e é neste sentido, que se justifica a proposição de projetos como o Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (PROA) e o Grupo de Estudos Pró-Aprendizagem, que têm como meta ampla a promoção da aprendizagem de crianças, pré-adolescentes e adolescentes e, também, objetiva contribuir na formação profissional, humana e social de futuro

educadores e nas práticas profissionais na perspectiva da educação inclusiva, garantia de direitos à educação e inclusão social. O PROA propõe a interlocução da psicopedagogia e da justiça restaurativa como meio de promover a melhoria da aprendizagem de crianças, pré-adolescentes e adolescentes em medidas preventivas e adolescentes em medidas socioeducativas (do município de Ponta Grossa, que apresentam baixo desempenho escolar).

Pelo que foi exposto, o desenvolvimento do PROA encontra-se articulado, do ponto de vista social, educacional, e acadêmico, com o fundamento constitucional de promoção da dignidade da pessoa humana, ao visar à ampliação dos recursos sociais e pessoais de cada participante, por meio da inclusão educacional e social para obtenção da sua autonomia como aprendiz (PROA, 2016).

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar a proposta e os resultados iniciais do Grupo de Estudos Pró-Aprendizagem, que é uma das atividades desenvolvidas no Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (PROA), vinculado ao Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE/UEPG). O PROA propõe a interlocução da psicopedagogia e da justiça restaurativa como meio de promover a melhoria da aprendizagem de crianças, pré-adolescentes e adolescentes em medidas preventivas e adolescentes em medidas socioeducativas, do município de Ponta Grossa, que apresentam baixo desempenho escolar.

Um dos objetivos gerais do PROA é contribuir na formação profissional, humana e social de profissionais na perspectiva da educação inclusiva, garantia de direitos à educação e inclusão social por meio da participação em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão e aliam a educação e à justiça restaurativa.

Os objetivos específicos do Grupo de Estudos Pró-Aprendizagem são:

- Contribuir na formação profissional, humana e social de profissionais de diferentes áreas na perspectiva da educação inclusiva.
- Oportunizar a discussão interdisciplinar na formação de professores abrangendo temáticas relacionadas à inclusão educacional e social e às dificuldades de aprendizagem.
- Fomentar a garantia dos direitos à educação e inclusão social por meio da participação em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão e aliam a educação e à justiça restaurativa.

METODOLOGIA

O grupo de estudo tem encontros mensais que abordam questões comuns ao grupo e, a partir destas questões norteadoras, são organizados subgrupos para estudo de temáticas mais específicas, de acordo com as necessidades oriundas do PROA (na avaliação e intervenção psicopedagógica com crianças e adolescentes) e dos interesses comuns entre os participantes.

As atividades são desenvolvidas no LALUPE/UEPG, sob à coordenação de uma professora/psicopedagoga, doutora na área de aprendizagem e ensino. Os participantes são acadêmicos e profissionais das áreas de educação, psicologia e direito.

A proposta pauta-se em uma educação superior cuja finalidade é direcionar e orientar os profissionais, formados nas diferentes áreas de conhecimento, que demonstrem interesse pelos trabalhos de pesquisa e investigação científica, para por meio destas possam ser cidadãos que contribuam ativamente para uma sociedade melhor.

O ensino, pesquisa e extensão são indispensáveis e fundamentais para a construção de um conhecimento significativo e de qualidade. Por isso torna-se de extrema importância o grupo de estudo, que permeia aprofundar conhecimentos sobre a inclusão educacional e social e as dificuldades de aprendizagem, enriquecendo os profissionais que já estão formados, na sua prática, e os acadêmicos, nas futuras práticas. É perceptível a necessidade de formação de professores em temáticas relacionadas à educação, aliando a práticas restaurativas.

RESULTADOS INICIAIS

Até junho do presente ano, foram realizadas quatro reuniões (1 no ano de 2016 e 3 no ano de 2017), para discutir e trabalhar questões gerais: apresentação da proposta aos interessados, levantamento de temas de interesse comum, estudo sobre os transtornos do neurodesenvolvimento e sobre instrumentos de avaliação das dificuldades de aprendizagem.

Figura 1 – Parte dos componentes do Grupo de estudos



Descrição: 3º Encontro do grupo de estudos. Participantes: (da esquerda para direita) Maria Marilize, Naara, Janislei, Mariana, Bhianca, Maribel, Gianna e Karla.

Dentre as temáticas estudadas nos pequenos grupos, abordou-se a alfabetização (métodos alternativos), a utilização da mediação da aprendizagem com jogos e a construção de vínculos entre mediadores, aprendizes e o objeto da aprendizagem. Essa demanda vem, principalmente, do grupo que atua com as crianças e adolescentes participantes do PROA, cujas atividades são encaminhadas da seguinte forma: uma entrevista com o participante e seu responsável legal, encontros para avaliação e intervenção psicopedagógica direcionada às dificuldades de aprendizagem.

Figura 2 – Estudos em pequenos grupos



Descrição: (da esquerda para direita) Eliziane, Vânia, Kelen e Nelba (coordenadora).

Entre os participantes estão acadêmicos cujos projetos de pesquisas para TCC são voltados aos estudos desenvolvidos no grupo, bem como se formaram outros subgrupos nos quais os estudos desenvolvidos abordam temas como: a educação de

adolescentes em conflito com a lei, a formação de professores em educação inclusiva e o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade.

Atualmente está em processo de organização a formalização do grupo de estudos como um grupo de pesquisa e a proposta de uma pesquisa abrangente de avaliação da linguagem e escrita com alunos no Ensino Fundamental II, do município de Ponta Grossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as políticas públicas que buscam garantir o acesso à educação e, em contrapartida, o fracasso escolar indica que o direito fundamental à aprendizagem não está sendo efetivado, principalmente para as camadas mais pobres do Brasil. Nesse contexto incoerente, a temática dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar é uma demanda emergente, destacando-se sua importância para os educadores, que necessitam conhecimentos da área da educação e de áreas convergentes com o intuito de buscar resultados para o melhor desempenho de cada aluno.

O grupo de estudos Pró-Aprendizagem - PROA surgiu da necessidade de ampliação e aprofundamento do conhecimentos sobre as dificuldades na aprendizagem, seu processo de avaliação e intervenção. Neste contexto, mediante a exigência e prática de uma avaliação psicopedagógica, que permita compreender os processos de aprendizagem dos sujeitos, o estudo sobre instrumentos e recursos de avaliação e intervenção, materiais de apoio pedagógico, dificuldades e transtornos da aprendizagem demonstrou-se subsídio enriquecedor para todos os participantes do grupo, seja para o trabalho a ser desenvolvido no projeto PROA como na atuação no contexto escolar, fundamentando os profissionais que já atuam e os acadêmicos das licenciaturas. As atividades têm proporcionado estudos, debates e a elaboração de um projeto de pesquisa de avaliação da leitura e da escrita de estudantes de Ensino Fundamental da Rede Pública de Ponta Grossa. O próprio processo de constituição do grupo oportuniza aos participantes aprendizagem e autonomia, fomentando a crítica, a pesquisa e o compromisso em intervir para aprendizagem de outros sujeitos.

Os resultados iniciais indicam que o principal objetivo e proposta do grupo de estudo está sendo concretizado, pois este tem contribuído continuamente com a formação profissional, humana e social dos acadêmicos e dos profissionais envolvidos, na perspectiva da educação inclusiva, da garantia de direitos à educação e inclusão

social por meio da participação em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão e aliam a educação e à justiça restaurativa.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.; SIMIELLI, L. **Contextualizando a Educação Brasileira: Trajetória Recente, Situação Atual e Perspectivas Sociopolíticas**. Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2017. Disponível em < <http://cenarioseducacao2032.org.br>>. Acesso em: 02/07/2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998 Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988/> Acesso em: 02/07/2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas**. Brasília, DF: Deed/ CGCEB, 2017. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 02/07/2017

BRASIL. LDBEN, **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, (Lei nº 9394/96). Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo-SINASE. Brasília: CONANDA, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> Acesso em: 28/06/2017.

PAIN, Sara. **Subjetividade e Objetividade: Relações entre o desejo e o conhecimento**: São Paulo: Cevec, 1996.

BRASIL. Plano Nacional da Educação, (PNE). 2013. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 08/07/2017.

PISACCO, N. M. T. **Expressão escrita de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. 2016, 177f. Tese (doutorado em educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PROA. Projeto Psicopedagógico ProAprendizagem. Projeto de Extensão protocolado junto à Pró-Reitoria de Extensão a Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2016.